



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001794-85.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Cesar Alexandre Rosalem**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor impugnou valores inseridos em fatura emitida pela ré relativos à requisição de segunda via.

Negou que em alguma oportunidade tivesse solicitado a segunda via de qualquer fatura, de sorte que tais valores seriam inexigíveis.

A ré em contestação explicou a razão que a teria levado a promover a cobrança questionada pelo autor.

Asseverou que por diversas vezes as faturas respectivas foram quitadas após o seu vencimento e que nessas situações é necessária a expedição da segunda via para a regularização devida.

A alegação foi corroborada pelos documentos que instruíram a peça de resistência, ao passo que o autor, instado a manifestar-se, não se contrapôs ao argumento.

Assim posta a controvérsia entre as partes, reputo que a pretensão deduzida não prospera.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isso porque as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) respaldam as ponderações da ré, sendo público e notório que quando o pagamento de faturas emitidas em decorrência do consumo de energia elétrica sucede após o vencimento por vezes é exigida sua segunda via para que a quitação tenha vez.

No caso dos autos, isso ocorreu de forma reiterada e em consequência não padece de vício a inclusão dos valores refutados pelo autor.

A cobrança levada a cabo, portanto, possui lastro a sustentá-la, não se podendo cogitar de sua nulidade ou da necessidade da expedição de nova fatura em substituição à original.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 06/07, item 1.

P.R.I.

São Carlos, 27 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**